



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE
EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARIA JUSTINA PEREIRA FONSECA

Belo Horizonte

JULHO/2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Área de concentração: Gestão Escolar.

Orientador: Professor Me Daniel Handan Triginelli

Belo Horizonte

JULHO/2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Justina Pereira Fonseca

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Avaliador

Prof. ME Daniel Handan Triginelli Orientador

Prof^a. Maria Justina Pereira Fonseca Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares que muito contribuíram na trajetória de minha história acadêmica e aos meus colegas professores que participaram no decorrer deste estudo, partilhando com seus saberes e experiências.

A Autora

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio recebido da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Prof. Daniel Handan Triginelli pela colaboração na revisão da primeira versão do relatório, à Prefeitura Municipal de São João do Pacuí-MG ,à Secretaria Municipal de Educação, aos demais colegas de trabalho e de curso pelo apoio durante os trabalhos. Aos meus familiares pelo incentivo e compreensão das minhas ausências. Agradeço especialmente aos professores da Escola Municipal Maria de Jesus Torres e comunidade escolar que gentilmente colaboraram para com a construção do Projeto Político Pedagógico, à equipe pedagógica por disponibilizar materiais para a pesquisa.

EPÍGRAFE

“Para mim, é importante que se mantenha, desde o início, a dimensão política da educação [...]. A política constitui o meio por excelência para a realização das potencialidades humanas”.

Paul Ricoeur

RESUMO

Neste trabalho pretende-se analisar as implicações do Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola, teve como objetivo favorecer a reflexão e a reformulação de parâmetros em prol da formação de uma postura, eminentemente coletiva, da gestão democrática na educação, principalmente do planejamento participativo, e, ressaltar a importância do trabalho coletivo e reflexivo da comunidade escolar voltado à inclusão social e à aprendizagem significativa de todos os alunos, de modo a atingir os objetivos de formação propostos na LDB.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação. Os principais autores que deram sustentação teórica foram Veiga, Libâneo, Vasconcelos, Oliveira, Gadotti, Romão.

À luz dos fundamentos teóricos pode-se afirmar que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), requer consistência, articulação e sentido de coletividade no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos necessários para o andamento da escola enquanto instituição que propicia a formação dos sujeitos da aprendizagem, possibilitando a reflexão das ações educativas.

O Projeto Pedagógico deve servir de bússola e orientar os passos dados pela escola em seu cotidiano. Na sua construção, as grandes perguntas a serem analisadas e respondidas são: que escola queremos? Que escola temos? Que faremos para alcançar a escola que queremos?

Palavras-chave: Projeto Político- pedagógico, coletividade, Gestão.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	18

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória como gestora venho percebendo as dificuldades do trabalho coletivo e colaborativo na escola, no que se refere às suas incumbências e se tratando principalmente da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de elementos relevantes na organização do trabalho pedagógico como um todo.

No decorrer do processo de elaboração do PPP, encontraram-se dificuldades em reunir a comunidade escolar e mostrar sua cultura organizacional, suas potencialidades e limitações, os envolvidos nem sempre estavam de comum acordo. De acordo com, VEIGA (1998, apud, OLIVEIRA, p.2,2003), “existem vários caminhos para a construção do PPP uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas”.

O art. 12 da LDB diz que, à escola cabe elaborar sua proposta pedagógica com autonomia, com a participação da comunidade escolar e com base em sua realidade, de acordo com o marco legal e a aprovação da sua mantenedora. O seu registro será feito em um documento chamado projeto político-pedagógico, que cumpre a função de definir os rumos da instituição, ou seja, as suas concepções e o tipo de educação que se quer desenvolver.

Vários educadores têm defendido o nome projeto político pedagógico (PPP), mostrando que a inclusão do termo político demonstra a escolha feita pela escola sobre que tipo de aluno que quer formar e o tipo de sociedade que deseja. Como afirma Paulo Freire, a educação é um ato político, pela sua não neutralidade, sem esquecermos que não podemos confundi-la com o ato partidário. Diz Freire (2007, p. 77-78),

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico: a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos: envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra.

A partir do momento que se busca uma organização de trabalho na escola é preciso que as relações de trabalho interior sejam repensadas, uma mudança que tenha

como base, real participação de todos os segmentos, a possibilidade de exercer a cidadania, liberdade de expressão, espaço para o conhecimento e trocas de experiências, tornando-os cada vez responsáveis, autônomos envolvidos com a gestão e a própria educação.

Na perspectiva de contribuir na discussão sobre o problema a que se propõe esta pesquisa, o assunto abordado neste estudo busca analisar as implicações do Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola, favorecer a reflexão e a reformulação de parâmetros em prol da formação de uma postura, eminentemente coletiva, da gestão democrática na educação, principalmente do planejamento participativo. Além de, ressaltar a importância do trabalho coletivo e reflexivo da comunidade escolar voltado à inclusão social e à aprendizagem significativa de todos os alunos. Propor alternativas de um trabalho coletivo entre escola e comunidade para vivenciar a execução do Projeto Político Pedagógico.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Entende-se que a escola é uma instituição social que tem como objetivo a formação humana. No sentido dado por LIBÂNEO (2004, p.100), é considerada uma organização de “unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição”. Porém, para essa organização funcionar efetivamente no cotidiano, necessita de uma gestão responsável pela tomada e controle de decisões que podem ser assumidas pelo diretor, associado ou não a outros sujeitos se a escola tiver uma concepção participativa.

O projeto pedagógico é o “plano global da instituição”, mostrando às comunidades escolar e local o projeto educativo e social que prioriza (VASCONCELOS, 2006, P. 169). Entretanto, cada sujeito que forma a escola possui suas próprias concepções, que podem se aproximar ou não de ideal buscado pela instituição.

A elaboração coletiva do projeto político-pedagógico é de suma importância para a instituição escolar que busca qualidade atingindo um resultado positivo, referenciado por professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar. Nesse sentido, entende-se que o projeto faz parte de uma construção coletiva e deve buscar consolidar os ideais de uma escola democrática, inclusiva e abrangente.

Segundo OLIVEIRA (2003),

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas.

O autor acima citado defende a ideia de que a educação escolar não deve estar vinculada exclusivamente à aprendizagem de conteúdos propedêuticos, a educação corresponde a um projeto de sociedade, esses ideais de formação devem estar expressos no projeto da escola que se quer ter.

Percebem-se com clareza que a questão de fundo são as relações do sistema educacional com o produtivo. Porém, há novas demandas da sociedade que pedem reformas urgentes da instituição escolar, está presente em todo o mundo e tem como foco formar indivíduos com competências e habilidades operar com as informações necessárias à vida cotidiana, à participação social e ao mundo do trabalho. Capazes de lidarem com as constantes e aceleradas mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos e por transformações sociais e econômicas.

Historicamente, a escola tem centrado seus objetivos educacionais no aprender a conhecer, em especial no aprender a fazer, distanciando-se da formação plena, integral necessária à vida cotidiana das crianças e jovens. A análise dessa questão nos permite entender que, é necessário e imperativo novo paradigma educacional capaz de corresponder às complexas exigências de uma sociedade global.

GADOTTI (1994) observa que, fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa.

Nesta direção, VEIGA (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

O projeto político pedagógico consiste num instrumento institucional com a finalidade de organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo, em busca na melhoria da qualidade do ensino, identificando pontos positivos e negativos do funcionamento da escola, de sua estrutura física, de sua concepção de ensino e objetivos, de forma que a comunidade escolar tome conhecimento, discuta e decida as prioridades das ações, para melhorá-la, conforme as necessidades dos alunos, refletindo e agindo para a melhor qualidade da mesma (GADOTTI; ROMÃO, 2004).

Fala-se muito da necessidade de participação de toda a comunidade nas decisões da escola, na construção de sua proposta pedagógica, mas, o que ainda existe de fato são pessoas com receio de assumir responsabilidades. Quase ninguém quer tomar para si os problemas enfrentados pela escola, observou-se isso durante a criação dos conselhos escolares nas escolas municipais. Professores, pais, diretores se negavam a serem membros do conselho, a maioria desconhecia as funções do conselho, muitas

improvisações durante as escolhas o que demonstra falta de estudo das propostas, a desarticulação do órgão municipal de educação com as escolas.

Da mesma forma, na construção do PPP, houve resistência por parte de alguns segmentos, especialmente dos atores principais, os professores, mas, talvez pelo fato de que a proposta pedagógica da escola ter sido elaborada pela secretaria de educação, não viam necessidade de sua participação.

Segundo SOUZA (2005 p.15-22.)

As diversas alternativas de democratização que vêm sendo praticadas país a fora, por vezes, esbarram na própria institucionalização da ideia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.

A organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente “cartorárias” (NUNES, 1999, p. 39).

Seria reações de políticas educacionais extremamente centralizadoras e autoritárias vividas no passado, o receio de assumir responsabilidades, de inovar e promover mudanças. Sendo que, a essência na construção coletiva do projeto político pedagógico surge como uma possibilidade de pertencimento dessas pessoas à instituição. Significa também, o comprometimento e a construção de uma identidade social.

Diante disso, ressalta-se que o papel do PPP, além de caracterizar a escola e trazer os planos e metas anuais, tem o objetivo de investigar e traçar objetivos sobre o ensino e aprendizagem das crianças, pois por meio dele, se atualizado anualmente, é possível perceber os avanços da escola em relação ao ensino aprendizagem, e é onde os professores podem ancorar a construção de seus planos de aula. Além de propor a ruptura dos velhos ideais e buscar novas propostas educacionais.

Para que a gestão democrática exista de fato é preciso que o PPP seja elaborado, executado e concluído sempre com a participação da coletividade. Baseiam-se no princípio da participação democrática, por meio de uma construção coletiva, com todos os

envolvidos no processo educativo, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, funcionários, pais e alunos. O Projeto Político Pedagógico é antes de tudo a expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho.

Participar desse diálogo é essencial, pois é por meio dele, da avaliação crítica da comunidade escolar que novos conhecimentos são validados ou não.

VEIGA (2001) define o Projeto Político Pedagógico assim:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (p.110)

O gestor escolar tem como atribuição criar e consolidar o espaço para uma gestão democrática, articulada entre todos que compõem a comunidade escolar. Compete a ele dentre outras funções o papel de articular, possibilitando espaços para o diálogo com o objetivo de criar estratégias para a tomada de decisões quanto aos problemas enfrentados pela escola.

A gestão envolve estratégias, onde comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações. (VASCONCELLOS 2002, p.62).

Necessitamos de sistemas educacionais livres de burocracias lentas e centralizadoras, caracterizados por normas e regulamentos excessivos e por uma estrutura hierárquica que não lhes confere agilidade na solução dos problemas. O projeto político-pedagógico deve ser o norteador do ideal de qualidade que uma comunidade almeja alcançar, considerando-se objetivos, metas e recursos disponíveis para uma educação de qualidade. Procurando primeiramente saber: Quem é a escola, quem são seus alunos, os professores, os fazedores da escola, como ela está, e quais ações

educativas devem ser tomadas. Tudo isso só é possível por meio da pesquisa exploratória de si mesma conhecer e enfrentar os desafios do cotidiano, sendo este parte de uma metodologia de trabalho que ressignifica as ações da instituição.

Acreditar na participação, envolver-se com profissionalismo e seriedade, propiciar a troca de experiências e a superação de distorções e contradições são modos de tornar a construção do PPP o marco diretivo de todos os processos decorrentes na escola. LIBÂNEO (2001, p.125), aborda essa temática ao destacar que o projeto pedagógico “deve ser compreendido como instrumento e processo de organização das escolas” tendo em vista características do instituído e do instituinte.

Condizendo com VASCONCELOS (1995, p.143), que reforça este entendimento, afirmando que:

O projeto pedagógico “é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola só que de uma forma refletida e consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição”. A construção do PPP parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, que devem compreender e analisar a organização do trabalho pedagógico.

Nessa perspectiva o Projeto Político-Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através da existência do Projeto Político Pedagógico que a escola registra sua história. É um processo inacabado, portanto contínuo, que vai se construindo ao longo do percurso de cada instituição de ensino. Através do PPP que a escola vai mostrar às comunidades escolar e local as suas concepções e o tipo de educação que quer desenvolver.

No entanto, o PPP baseado nos princípios da gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação, entende-se que a democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos.

Conclui-se que, de fato a implementação de um Projeto Político-Pedagógico próprio da unidade escolar encontram várias limitações no paradigma de gestão escolar vigente, destacando-se entre eles a centralização das decisões, entraves ao estabelecimento de princípios de organização colegiada da gestão e do trabalho pedagógico, Projeto Político-Pedagógico restrito ao atendimento das determinações das secretarias de educação, não acarretando mudanças significativas na lógica autoritária da cultura escolar, formas de provimento nos cargos dirigentes dissociadas da comunidade local e escolar.

Dessa forma em vez de cercear o trabalho pedagógico, colaborando para que o processo educativo seja mais coeso, o PPP construído sem a participação dos segmentos escolares, não promove de fato o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. BRASÍLIA: Diário Oficial da União, 23, dez., 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36.ed. São Paulo:Paz e Terra, 2007.
- GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. ***Autonomia da Escola – Princípios e Propostas***. São Paulo: Cortez, 1977.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- NUNES, A. C. Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica. **Revista Caderno Pedagógico**, nº 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999, p. 37-40.
- OLIVEIRA, João Ferreira - **A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20-05-2010
- _____. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola – uma construção possível**. 2a. ed.,Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- VEIGA, Ilma. Passos A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva in Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: Instrumento de gestão e mudança**. UNAMA. Belém. 2000.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1)
- VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE
JESUS TORRES**

DAIANE PEREIRA NEVES

MARIA JUSTINA PEREIRA FONSECA

SANTILHA DE FÁTIMA SILVA

BELO HORIZONTE – MG ABRIL/2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE
JESUS TORRES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE - MG

2013

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	04
2.FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	05
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
3.1 ADMINISTRATIVA.....	07
3.2 PEDAGÓGICA.....	08
4. CURRÍCULO.....	10
5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	14
8. AVALIAÇÃO.....	15
REFERÊNCIAS.....	18

I - INTRODUÇÃO

Esta proposta refere-se ao Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria de Jesus Torres, localizada à Praça João Dias de Castro nº. 50, no município de São João do Pacuí, Minas Gerais. A Escola Municipal Maria de Jesus Torres é mantida pelo município de São João do Pacuí e administrada pela Secretaria Municipal de Educação e norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor.

Atende do 1º ao 5º ano com 208 alunos e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) 1º e 2º segmento com 42 alunos totalizando 250 alunos. A intenção da instituição é apontar diretrizes que garantem padrão de qualidade do ensino, programas e estratégias que orientem e facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

O corpo docente é composto por 14 professores habilitados no curso Normal Superior e Pedagogia, 01 especialista de educação, que busca estratégias incrementando assim todo o trabalho pedagógico. Conta ainda com 06 ajudantes de serviços gerais e 01 secretária.

O Projeto Político Pedagógico nasceu do movimento de ação-reflexão-ação que nunca está pronto e acabado. Foi construído e serão vivenciados em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo, mobilizando diretor, supervisor pedagógico, professores, alunos, pais e funcionários em termo de um grande movimento de transformação da escola, em que a ação foi e será analisada e refletida, para definir os passos do coletivo.

Quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar o seu projeto pedagógico, ela propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica. Ao exercer essa autonomia, a escola, consciente de sua missão, implementa um processo compartilhado de planejamento e responde por suas ações e seus resultados.

A construção do Projeto Político Pedagógico implica em enfrentar os desafios das mudanças e transformações da realidade da escola. Daí nasce a necessidade do mesmo ser elaborado com a participação da comunidade escolar, para construir coletivamente instrumentos de práticas, que se comprometam com o trabalho de

conjunto, fazendo com que haja compromisso de todos os integrantes do processo educativo.

ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA

Dependências	Quantidade	Condições de utilização		O que está inadequado
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01	-----	01	Provisória
Secretaria	01	-----	01	Provisória
Sala de professores	01	-----	01	Espaço pequeno
Sala de leitura ou biblioteca	01	-----	01	Acervo insuficiente
Sala de informática	01	-----	01	Espaço físico
Sala de aula	05	05	-----	-----
Recreio coberto	01	-----	01	Espaço pequeno
Quadra de esporte descoberta	01	-----	01	Falta cobertura e reforma em geral
Cozinha	01	-----	01	Espaço pequeno
Sanitário dos funcionários	01	-----	01	Espaço pequeno
Sanitário dos alunos	02	02	-----	-----

II - FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria de Jesus Torres tem por finalidade oferecer um ensino de qualidade ao educando, contribuindo para sua formação, ao integrar a proposta curricular à sua realidade, fazendo com que o aluno seja capaz de agir conscientemente no meio social e se auto-realizar como cidadão de bem na transformação e interação com a sociedade.

A escola ministra os anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos, observa em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Propõe uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária com espaço cultural de socialização e de desenvolvimento do educando visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

No Ensino Fundamental são respeitados os norteadores das ações pedagógicas previstos nas Diretrizes Curriculares, para o Ensino Fundamental no que diz respeito aos Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao bem Comum. Os Princípios Políticos dos Direitos e deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem Democrática e os Princípios Estéticos da Sensibilidade da Criatividade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Ao orientar suas práticas para o fortalecimento de sua própria autonomia, a escola pode construir o seu conceito de qualidade de ensino e adequar melhor a sua função às necessidades da comunidade. Nesse sentido, organizando o seu trabalho pedagógico, a escola avança para outro nível de autonomia, mais solidário e com mais diálogo, que pode levar os segmentos a si envolver no processo de forma mais efetiva, pelas ações desenvolvidas no cotidiano escolar.

A Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo a princípio, a recuperação de uma significativa fração de jovens que não tiveram acesso à educação conforme dispositivos legais, esse contingente de jovens que por razões sociais e econômicas viveram a margem do processo educacional.

A EJA na percepção de tamanha desigualdade social busca minimizar o impacto social, cria projetos que viabilizam a inserção destes no processo de educação ao oferecer atendimento especializado para assim resgatar a sua cidadania.

Segundo a Declaração de Hamburgo (1997), a respeito da Educação de Jovens e Adultos a alfabetização é concebida como o conhecimento básico necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental.

Considera-se enfim, que os termos jovens e adultos indicam que em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores que conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Administrativa

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários do funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:

- Direção Geral
- Secretário
- Corpo Docente
- Assistente Técnico Pedagógico
- Assistente de Educação
- Serviços Gerais

É exercida pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola promove o aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupa-se com a formação de um cidadão consciente e

participativo na sociedade em que está inserido, é uma escola reflexiva possibilitando a todos e a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

A escola possui sede própria com pátio, quadra esportiva não coberta, salas de aulas, banheiros, secretaria, cantina, sala de direção, laboratório de informática. Todas as dependências com mobiliário correspondente as necessidades para o seu atendimento. A infraestrutura é adequada aos anseios da comunidade.

A escola não tem autonomia financeira. A prefeitura municipal supre todas as suas despesas atendendo a suas necessidades.

Pedagógica

A Instituição atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental totalizando 250 alunos por série, EJA 1º e 2º segmento – anos iniciais 42 alunos. Ensino Fundamental, desenvolvidos em 03(três) módulo- aula – de 50 minutos por dia letivo, no horário compreendido entre 18hs30min e 21hs15min e terão atividades de estudos complementares (extraclasse) ao processo de aprendizagem, de 100 (cem) horas e 600(seiscentas horas anuais), num total de 18:00 horas de curso. O curso é presencial, sendo necessário, pelo menos 75% de frequência obrigatória para fins de promoção.

As turmas de EJA destinam-se a pessoas que queiram retornar os estudos, observando a idade mínima de 15 e 18 anos respectivamente, no Ensino Fundamental.

Poderão ser aproveitados estudos realizados com êxito em qualquer curso regular e supletivo ou exames supletivos, legalmente autorizados, mediante apresentação de documentação comprobatória e na falta desta, mediante avaliação pela escola autorizada, para situar o candidato no nível correspondente ao seu preparo. O candidato que tiver eliminado alguma disciplina deverá ter o “aproveitamento de estudos” apenas em nível de término do curso, nesses casos, não sendo exigida a frequência mínima obrigatória para fins de aprovação.

Diante do exposto pode-se constatar que de acordo com a demanda a ser atendida no município, tanto no que se refere à alfabetização ao que se refere à escolarização de jovens e

adultos a instituição propõe desafios postos a EJA, uma vez que a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as transformações pelas quais o mundo tem passado, alterou a concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhe oportunidades educacionais apropriadas, considerado as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho.

A partir da concepção de Educação como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, já não basta ensinar ao jovem e o adulto ler e escrever, como no passado. Para se inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar a qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar as suas oportunidades no mercado de trabalho. A EJA deve compreender, no mínimo, a oferta de formação equivalente aos nove anos do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental

Ano	Alunos	Professores
1º	22	01
1º	18	01
2º	19	01
2º	21	01
3º	23	01
3º	18	01
4º	25	01
4º	18	01
5º	31	01
5º	29	01

EJA 1º segmento

Período	Alunos	Professores
1º	22	01
2º	21	01
3º		

A escola não tem apenas o papel de transmitir o conteúdo científico, possibilita ao aluno um conhecimento de sua vivência e para isso o planejamento das atividades deverá ser feito através da realidade do aluno, sendo o conteúdo em sala de aula resultado da necessidade manifestada a partir do conhecimento do próprio estudante.

Assim, temos a produção e a internalização do conhecimento por parte do educando.

Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que o professor e o aluno avancem seus conhecimentos e se constituem como sujeitos reflexivos. A escola elabora por disciplina aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada ano de sua escolaridade.

A avaliação é contínua e processual o professor questiona sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar. É abandonada a avaliação como elemento disciplinador, ela é transformada em instrumento para a criação de algo novo, utilizado como acessório pedagógico para aprofundar o conhecimento.

IV- CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Maria de Jesus Torres reflete a concepção de educando e de sociedade que se quer formar na organização do trabalho, a postura dos educadores, dos conteúdos e a metodologia de ensino. Expressa ainda, a construção social do conhecimento e propõe uma sistematização de meios para que essa construção se efetive.

O desenvolvimento dos componentes curriculares do Ensino Fundamental tem como princípios difundir valores fundamentais dos direitos e deveres do cidadão e também do exercício de sua cidadania e respeito ao bem comum. Dará sequência conforme as necessidades dos alunos oferecendo o tempo necessário para o seu desenvolvimento a fim de alcançar o objetivo e será tratado como recursos para desenvolver competências cognitivas e sociais.

O currículo foi composto de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, ambas integram e articulam a vida do cidadão com as áreas do conhecimento.

Na organização curricular da educação de Jovens e Adultos, deverão ser observados os componentes das seguintes áreas do conhecimento:

- Língua Portuguesa;
- Língua Estrangeira (Inglês);
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística.
- Educação Religiosa
- Educação Física

Os conteúdos das áreas de conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida do educando, em seus aspectos, tais como:

- Saúde;
- Sexualidade;

- Vida familiar social;
- Meio ambiente;
- Trabalho;
- Tecnologia;
- Cultura;
- Linguagens.

Podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Para o Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários aspectos como:

- A saúde;
- A sexualidade;
- A vida familiar e social;
- O meio ambiente;
- O trabalho;
- A ciência e a tecnologia;
- A cultura;
- As linguagens.

As áreas de conhecimento são:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística;
- Educação Física;

- Educação Religiosa, na forma do art. 33 Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

O ensino religioso será de matrícula facultativa para os alunos do Ensino Fundamental e é parte integrante da formação básica do cidadão assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil.

A parte diversificada do currículo tem por objetivos permitir que em cada região seja possível incorporar estudos de interesse da sociedade, da cultura e da economia. Ao enriquecer e complementar a Base Nacional Comum propiciará a escola à introdução de projetos e atividades do interesse da comunidade.

O plano curricular deve ser elaborado pela escola com base na proposta curricular 2º segmento do Ensino Fundamental / Educação de Jovens e Adultos e nos Parâmetros Curriculares Nacionais- MEC.

V- TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do processo educativo no Ensino Fundamental foi organizada em nove anos de escolaridade divididos em 04 (quatro) bimestres sendo oferecido no Plano Curricular o mínimo de 200 dias letivos e uma carga horária mínima anual de 800 horas.

Matutino - início 07 horas e término 11 horas e 15 minutos

Vespertino - início 12 horas e 30 minutos e término às 16 horas e 45 minutos.

A proposta de Ciclos compreende os seguintes aspectos:

- Implantação do regime de progressão continuada;
- Organização desse regime em dois ciclos: ciclo inicial de alfabetização e ciclo complementar.

A escola nos anos iniciais adota a organização em ciclos com duração de 09 anos, sendo:

- Ciclo inicial: 1º ao 3º ano de escolaridade.
- Ciclo complementar: 4º e 5º ano de escolaridade.

Dentro deste tempo a escola procura organizar as turmas de acordo com a idade e nível de escolarização para garantir a aprendizagem. Busca também formas alternativas, para garantir a aprendizagem do aluno que tem mais dificuldades.

Na organização dos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos, a carga horária prevista será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido para o Ensino Regular Fundamental. Exigir-se á dos alunos, da escola frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária global de cada etapa.

O regime adotado para a EJA do Ensino Fundamental terá a duração de 03(três) anos letivos, organizados em 03 (três) períodos. Os períodos serão desenvolvidos em regime anual, tendo cada duração de 200(duzentos) dias letivos, 1.800(mil e oitocentos) módulos aula num total de 1800 horas (mil e oitocentos). Sendo o planejamento desenvolvido por períodos (anual), e subdividido em bimestre.

VI- PROCESSOS DE DECISÃO

Compete o papel de o diretor articular e incentivar a participação da ação colegiada na escola.

Baseando nesta perspectiva foi criado o órgão colegiado que possibilita o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais na sua tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola está envolvida apontando a solução dos mesmos. O

conselho de classe tem por objetivo a avaliação coletiva do ensino – aprendizagem do aluno, subsidiando dessa forma, a construção do Projeto Político Pedagógico.

O colegiado é formado por representante de cada segmento, ou seja, representantes de: alunos, pais, professores, especialistas em educação, funcionários da educação e representantes da comunidade local.

VII - RELAÇÕES DE TRABALHO

Os profissionais da escola buscam enriquecer o seu trabalho e procuram desenvolver um trabalho integrado, num ambiente fraterno de respeito e amizade.

O trabalho direto com as crianças exige que os profissionais da educação devam estar preparados à nova ordem social aos avanços tecnológicos e busca aperfeiçoamento em prol de uma educação de qualidade da escola. Procura desenvolver um trabalho integrado promovendo ciclos de estudos e debates quinzenais quanto à legislação, atualização de docentes e troca de experiências.

Há sempre promoções de confraternização como: aniversários, dia do professor, dia do diretor, dia do secretário, dia da cantineira, natal etc.

A escola busca promover um maior entrosamento família e escola para informação e conscientização da necessidade de trabalho em conjunto na educação de seus filhos. Para isso a escola promove reunião de docentes e especialistas com os pais para apresentação de resultados, e desenvolve trabalhos individualizados com os pais dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com todos: a observação e a avaliação.

VIII - AVALIAÇÃO

Avaliação é contínua e processual. Segundo Haidt (1994), Melchior (999) e Hoffmann (2003), os princípios a elaboração dos objetivos que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar a reorientação da sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

Para atender a um novo processo de educação faz-se necessário, que o professor questione sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar.

É hora de abandonar a avaliação como elemento disciplinador e transformá-la em instrumento para a criação de algo novo, utilizando como forma de aprofundar conhecimento. É preciso definir o que quer avaliar, pois a avaliação deve ser um processo contínuo, descritivo, sistemático, integral e orientador, que acompanha o desenvolvimento do aluno em diferentes experiências de aprendizagem, evidenciando mudanças de comportamento.

A avaliação da aprendizagem deverá cumprir seu papel dentro de um novo contexto. Um contexto em que a escola precisa cada vez mais preparar-se para reconhecer as diferenças e saber lidar com elas; para conviver com os múltiplos interesses, variados pontos de vista e ritmos de aprendizagem.

Nessa escola, o que se pretende é assegurar aos alunos, condições para que possam aprender aquilo que é indispensável à sua formação enquanto seres humanos profissionais e cidadãos. Profissionais versáteis, com capacidade de decisão frente às situações complexas, com senso de responsabilidade, autonomia, espírito crítico e autoconsciência, cooperação e capacidade de comunicação.

Fazem-se necessários que o professor conheça seus alunos, tenha sensibilidade para perceber mudanças e que tenha compromisso com seu desenvolvimento, que saiba aquilo que vai ensinar e como deve ensinar. O que implica numa nova maneira de conceber e realizar a avaliação da aprendizagem.

Uma avaliação contínua e que seja a favor do aluno, um instrumento para seu autoconhecimento e crescimento pessoal que permite ao professor fazer um diagnóstico do que foi aprendido ou não identificado e os diferentes fatores que possam ter contribuído para os resultados observados.

Uma avaliação que permita ao aluno conhecer o seu modo de ser e de pensar o mundo, os seus “erros” e sucessos, e que ajude o aluno a aprender a se auto - avaliar, a buscar novos caminhos para a sua realização com sabedoria e responsabilidade numa tentativa de conhecer-se a si mesmo.

Nesta perspectiva, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos:

- Provas operatórias em dupla, equipe individuais;
- Seminários;
- Proposição e resolução de situação – problemas;
- Auto-avaliação;
- Pesquisa do campo;
- Pesquisa bibliográfica;
- Estudos dirigidos em duplas e equipes;
- Jogos e desafios;
- Atividades artísticas de teatro, música, poesia e artes plásticas;
- Elaboração de esquemas, resumos e relatórios;
- Atividades de leitura, interpretação e produção de textos;
- Produções literárias;
- Produção de murais;
- Observação de desempenho cognitivo, afetivo e social;
- Entre outros.

Os registros das avaliações realizadas pelos alunos nas Escolas Municipais de São João do Pacuí serão feitos nos quatro bimestres, em cada ano letivo.

Na avaliação do aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental, serão adotados os seguintes conceitos:

- O aluno alcançou todos os objetivos propostos;
- O aluno alcançou parcialmente os objetivos propostos;
- O aluno não alcançou os objetivos propostos.

Na avaliação do aproveitamento para os alunos da Educação de jovens e adultos poderá conseguir, durante o semestre letivo, 100(cem) pontos cumulativos. Estes pontos serão assim distribuídos:

- 60 pontos destinados a trabalhos individuais e em grupos, pesquisas e outros;
- 40 pontos para as avaliações.

Na distribuição dos pontos deverá ser observada a preponderância r' s qualitativos sobre os quantitativos.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

É um grande desafio a construção de um projeto de escola comprometida com os interesses populares. À ação deve ser empreendida pela coletividade que a compõe onde cada um participa da elaboração, implementação, avaliação e aperfeiçoamento constante do projeto político pedagógico da escola.

Dentro de suas competências e possibilidades, cada integrante da comunidade escolar assume um papel, servindo aos propósitos e objetivos definidos.

Assim, considerando as especificidades e características básicas da escola, diferentes estratégias poderão ser implementadas como as realizações de reuniões, debates e ciclos de estudo visando à leitura e análise do presente documento, de forma a deflagrar processo de definição de questões básicas, organização pedagógica, administrativa da escola e reunião para diagnóstico, acompanhamento e avaliação pela comunidade escolar. E ainda realizar reunião pedagógica tendo como objetivo avaliar as ações educativas.

IX- REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “**Maria de Jesus Torres**”.

OLIVEIRA, João Ferreira - A **construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20`-05-2010

LDB-9394/96 Art.4º -Art.12 e Art.32

Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental - Parecer CEB/ 4/98

